

Universidades Lusíada

Regalado, Jaime

As reformas de armamento ligeiro no reinado de D. Carlos I

<http://hdl.handle.net/11067/5532>

Metadata

Issue Date 2009

Abstract O ultimatum Britânico de 1890 acordou o reino para a necessidade de novas e profundas reformas militares, orientadas principalmente para uma intervenção em teatros de operações distantes da metrópole, principalmente em África. Neste contexto teve início um processo de modernização do Exército e da Armada, que se estendeu na prática, até ao fim da Monarquia em 1910. Além de reorganização, recrutamento e treino, este processo de modernização contemplou aspectos de armamento e equipamento desde a a...

The British ultimatum of 1890 wake the Portuguese Kingdom to the need of new and deep military improvement. These innovations were mostly concerned with a participation in a potential African war theater. The Army and Navy modernization started at that time was extended up to 1910 with the republican revolution. The modernization process covered from the acquisition of new and modern war vessels to the sophisticated self-loading pistols Parabellum, as a side gun for officers....

Keywords Portugal - Política militar, Portugal - Reis e governantes, Portugal - História - D. Carlos I, 1889-1908

Type article

Peer Reviewed No

Collections [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 05-6 (2009)

This page was automatically generated in 2025-04-18T16:50:54Z with information provided by the Repository



AS REFORMAS DE ARMAMENTO LIGEIRO NO REINADO DE D. CARLOS I

Jaime Regalado

regalado.jaime@gmail.com







Resumo

O ultimatum Britânico de 1890 acordou o reino para a necessidade de novas e profundas reformas militares, orientadas principalmente para uma intervenção em teatros de operações distantes da metrópole, principalmente em África.

Neste contexto teve início um processo de modernização do Exército e da Armada, que se estendeu na prática, até ao fim da Monarquia em 1910.

Além de reorganização, recrutamento e treino, este processo de modernização contemplou aspectos de armamento e equipamento desde a aquisição de novos e modernos navios para a Armada até à aquisição das sofisticadas pistolas Parabellum para os oficiais do Exército.

Palavras chave

Reformas militares / Armamento / Espingardas / Pistolas / Metralhadoras.

Abstract

The British ultimatum of 1890 wake the Portuguese Kingdom to the need of new and deep military improvement. These innovations were mostly concerned with a participation in a potential African war theater.

The Army and Navy modernization started at that time was extended up to 1910 with the republican revolution. The modernization process covered from the acquisition of new and modern war vessels to the sophisticated self-loading pistols Parabellum, as a side gun for officers.

Key Words

Military innovations / Light weapons / Rifles / Pistols / Machine guns.







A Conferência Geográfica de Bruxelas, promovida por Leopoldo II da Bélgica, em 1876, marcou o início da *Corrida para África*. Portugal não foi convidado a participar nesta reunião onde surgiu a Associação Internacional Africana, organização que, sob a bandeira humanitária e científica, legitimou o avanço para África das principais potências europeias. Portugal revelava-se um parceiro incómodo, ao reclamar direitos históricos sobre os territórios mais interessantes.

Mais tarde, a Conferência de Berlim (Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885), organizada por Bismarck que revelou então o seu interesse por uma política colonial, estabeleceu as regras para a *ocupação efectiva* dos territórios africanos subsaarianos. Os direitos históricos deixavam de ter significado e apenas a ocupação em termos comerciais, militares ou religiosos/culturais/científicos garantiam o direito à soberania nesses territórios.

Esta política de ocupação efectiva, sobretudo a validade da ocupação militar, transferiu para o continente africano os conflitos entre as principais potências militares europeias. Portugal era assim colocado numa situação frágil face a estes novos critérios de reconhecimento da soberania sobre os territórios africanos. As proverbiais faltas de dinheiro para a criação de Companhias Majestáticas (foram criadas apenas a Companhia de Moçambique em 1888 e a Companhia do Niassa em 1891), deixavam a ocupação comercial praticamente na mão da iniciativa privada local; o Exército e a Armada, com um reduzido número de efectivos e de meios face a tão grandes extensões de território, também não estavam à altura de assegurar uma presença militar credível; por fim, a extinção das ordens religiosas após a Guerra Civil também não permitia responder à ocupação religiosa, tendo sido criada a Sociedade de Geografia de Lisboa em 1875, para enquadrar algumas expedições de natureza científica que assegurassem o reconhecimento internacional.

As reformas militares

Durante o período dito da Regeneração (1851-1890) tiveram lugar profundas reformas militares ao nível da organização, doutrina táctica, treino, armamento e equipamento, acompanhando a rápida evolução tecnológica da 2ª metade do





século XIX. Contudo, em todos estes aspectos, os critérios de escolha tiveram sempre em conta potenciais conflitos na Europa, entre forças regulares, sobretudo orientados para a arqui-inimiga Espanha.

Apesar da aquisição em 1886, das espingardas e carabinas de repetição, sistema Kropastchek, calibre 8 mm, que viriam a revelar um excelente desempenho durante as Campanhas de Pacificação em África, a verdade é que não havia uma doutrina táctica definida para os conflitos ditos coloniais, onde o inimigo apesar do deficit tecnológico que inicialmente apresentava, dispunha de um número significativamente superior de forças, bem adaptadas ao clima e profundamente conhecedoras do terreno.

Se a Conferência de Berlim, a partir de 1886, mostrou que os direitos históricos de nada valiam nesta nova conjuntura, foi o *ultimatum* britânico de 1890 que acordou a nação para a necessidade de novas e profundas reformas militares orientadas principalmente para uma intervenção em teatros de operações distantes da metrópole, com uma doutrina táctica específica e com o emprego de meios adequados à nova doutrina que se impunha para os teatros de operações africanos¹.

Pouco após a subida ao trono e aclamação de D. Carlos I, no final de 1889, coube ao jovem rei enfrentar o *ultimatum* britânico e o aproveitamento que o partido republicano fez deste acontecimento. Era imperativo reorganizar o Exército e a Armada apesar das crónicas dificuldades financeiras do reino e onde o tradicional aliado e fornecedor de armamento estava agora no papel de inimigo dos interesses nacionais. Simultaneamente urgia assegurar uma presença militar em África credível aos olhos internacionais e eficaz no terreno, de cujos resultados dependia, em boa parte, a credibilidade da instituição monárquica em termos internos.

Neste contexto, na viragem do século XIX para o século XX teve lugar a aquisição de novas unidades navais mais modernas e mais modernamente equipadas; a aquisição de peças de artilharia de tiro rápido e adopção das últimas inovações tecnológicas em termos de armamento ligeiro. Paralela e compreensivelmente, dada a posição de Inglaterra no intrincado jogo de poderes internacional, assiste-se a uma viragem da influência tecnológica, tradicionalmente britânica, para a Alemanha, Áustria e em menor extensão para os Estados Unidos.

¹ É curioso observar como esta situação se viria a repetir na década de 1960. As reformas militares de 1937 e a integração de Portugal na Organização do Tratado Atlântico-Norte (NATO-OTAN) após a 2ª Guerra Mundial e a bipolarização do poder militar estratégico e convencional em torno de dois blocos, conduziram a uma política de defesa orientada para um conflito global na Europa e à correspondente organização militar e doutrina táctica (e consequentemente os respectivos meios técnicos e armamento). Com o início das acções terroristas, associadas aos movimentos pela autodeterminação de Angola, houve necessidade urgente de uma reorganização militar em termos doutrinais, de meios técnicos e armamento, para fazer face a um conflito de contra-subversão.





Inovações no Armamento Ligeiro

Apesar da aquisição das espingardas e carabinas Kropastchek em 1886 ter constituído um significativo salto tecnológico, colocando o reino num dos mais bem armados da Europa e pioneiro no uso de calibre reduzido, o sistema de repetição destas armas, baseado num carregador tubular sob o cano, rapidamente revelou os seus inconvenientes face aos carregadores verticais, de depósito fixo ou amovível, sob a culatra.

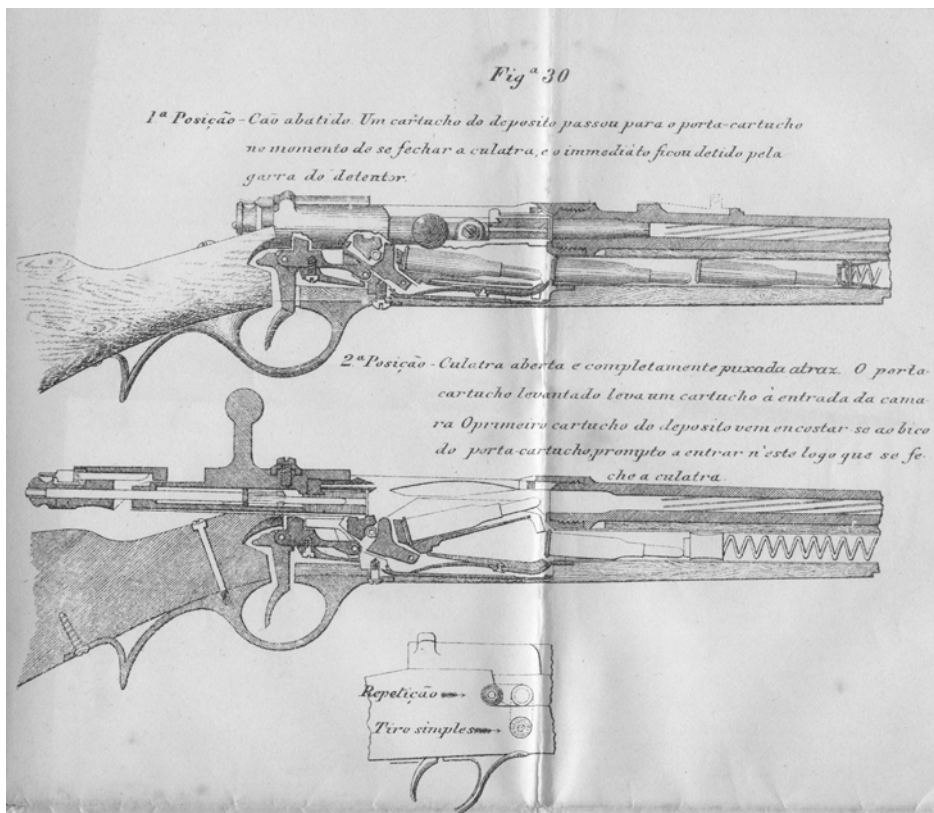


Fig. 1 - Gravura com representação do sistema de repetição com carregador tubular das armas Kropastchek.

Nas armas de carregador tubular o carregamento é mais moroso, ficando o soldado impossibilitado de fazer fogo; obrigavam ao uso de munições com projectil ogival, pois o uso de projecteis pontiagudos não era possível uma vez que cada projectil estava em contacto directo com a escorva da munição seguinte do carregador; o comprimento da arma condicionava a capacidade do carregador e à medida que as munições do carregador tubular iam sendo gastas o equilíbrio da arma ia-se alterando.



Assim, na década de 1890 tiveram início os estudos para a aquisição de novas armas para o Exército e para a Armada de modo ultrapassar as limitações das armas de carregador tubular e a reduzir ainda mais o calibre para aumentar o alcance eficaz, a trajectória de tiro tenso e permitir ao soldado transportar maior número de munições.

Em 1896 foram adquiridas para a Armada (Infantaria de Marinha) e para a Cavalaria as carabinas de repetição concebidas pelo engenheiro da fábrica de armas OEWG de Steyr, Ferdinand Ritter von Mannlicher.

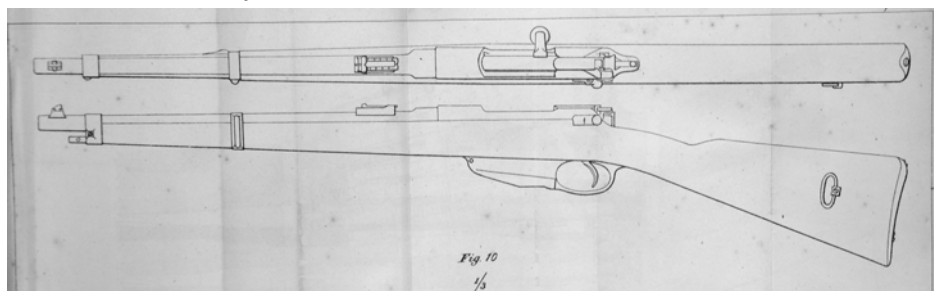


Fig. 2 - Gravura com representação da Carabina Mannlicher 6,5 mm m/1896, para Cavalaria.



Fig. 3 - Gravura com representação da Carabina Mannlicher 6,5 mm m/1896 da Armada.

A escolha destas armas materializou a introdução de duas importantes inovações técnicas: a substituição do carregador tubular (e dos seus inconvenientes) pelo carregador vertical e a redução do calibre para 6,5 mm.

Se a introdução do carregador vertical apresentava vantagens indiscutíveis a redução do calibre era ainda polémica. A elevada velocidade dos projectéis que este calibre permitia obter asseguravam grandes trajectórias de tiro tenso, sem que o soldado tivesse que estimar distancias para seleccionar a alça de pontaria



correcta. Paralelamente cada soldado podia transportar consigo maior número de munições sem elevar o peso a transportar. Contudo discutia-se a letalidade destas munições, sendo jocosamente designadas pelos seus detractores por *balas humanitárias*. Diversos ensaios em cadáveres de animais e em animais vivos mostravam que a sua letalidade não era comprometida. A sua menor massa era sobejamente compensada pela muito maior velocidade². Contudo, mais tarde, veio a observar-se que apesar da sua energia cinética elevada, estas munições tinham um reduzido poder de paragem, sobretudo quando os fogos eram aplicados sobre um inimigo dotado de uma elevada força anímica, como se veio a observar nas acções de combate em África, onde a Infantaria de Marinha reclamou das suas carabinas e a Cavalaria, em 1907 na Campanha dos Cuamatos e em operações subsequentes, retomou as velhas Kropastchek calibre 8 mm.

Carabina de 6,5 mm m/1896

A carabina de repetição Mannlicher adquirida pelo Governo Português, calibre 6,5 mm utilizava uma culatra de ferrolho (deslizamento longitudinal e rotação), com cabeça móvel com dois pontos de travamento (bilateral simétrico anterior). O percutor, envolto numa mola helicoidal, era armado pelo movimento de rotação da culatra móvel (ferrolho) no momento de abrir. Possuía um depósito fixo com capacidade para cinco munições, sob a culatra, à frente do guarda mato e solidário com este.

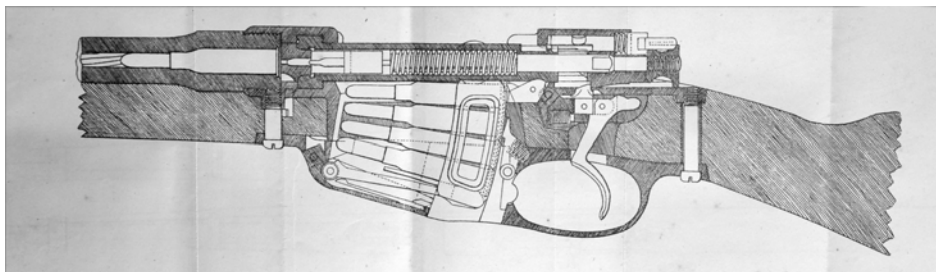


Fig. 4 - Gravura representando o mecanismo de repetição e de carregamento da carabina Mannlicher.

Neste depósito, as munições eram alojadas num suporte metálico – carregador – em chapa de aço estampada, que mantinha as munições alinhadas. Quando disparadas as cinco munições, o carregador caía por acção da gravidade, pela abertura inferior do depósito.

² A energia cinética de um projectil ($E=1/2 mv^2$) é directamente proporcional à sua massa e ao quadrado da velocidade



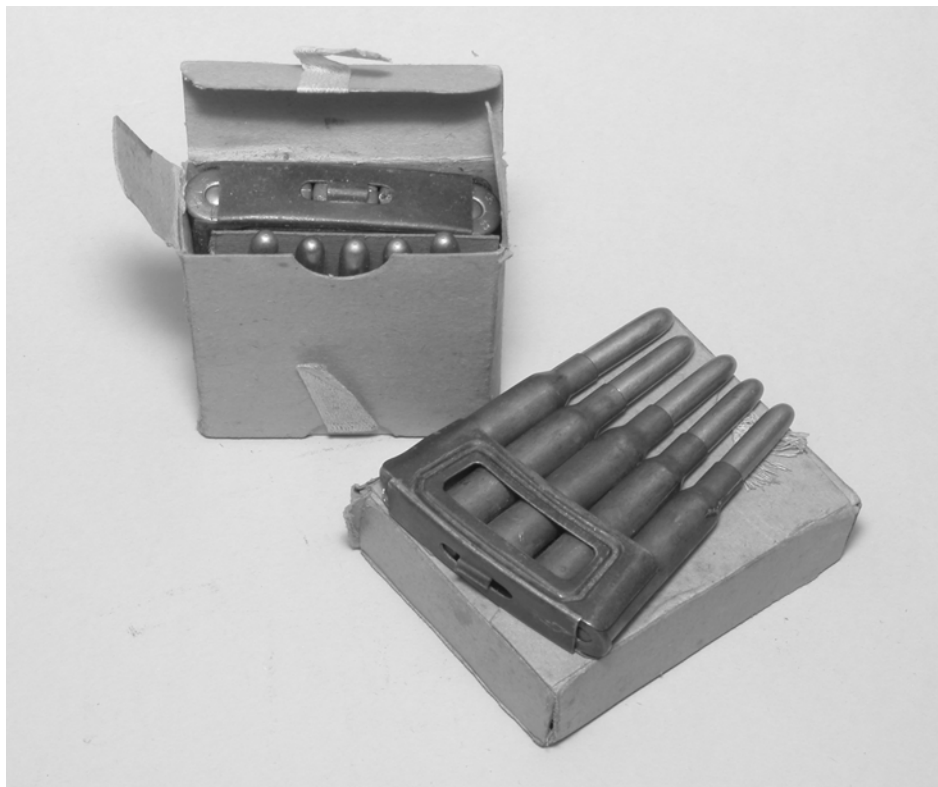


Fig. 5 - Conjunto de 5 munições na respectiva lâmina carregadora, para as carabinas Mannlicher m/1896.

Entre as armas destinadas à Cavalaria e à Infantaria de Marinha da Armada a única diferença era o comprimento do cano. Para a Cavalaria, o uso de uma arma curta e leve cuja manobra pudesse ser efectuada apenas com uma mão, revelava-se da máxima importância, assim as carabinas de Cavalaria, eram mais curtas, com um comprimento total de 954 mm e um comprimento de cano de 450 mm, pesando 3, 270 kg.

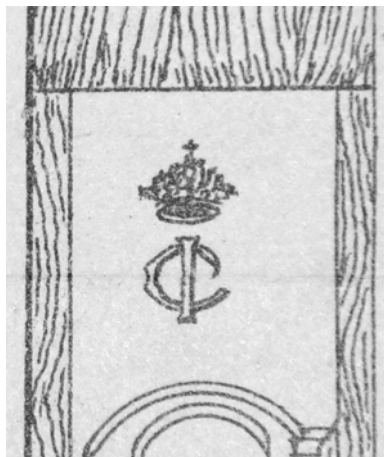


Fig. 6 - Representação do monograma de D. Carlos I, presente no reforço da culatra das carabinas Mannlicher.

Para a Infantaria de Marinha apesar de ser desejável uma arma mais curta do que a de Infantaria, as carabinas Mannlicher tinham 1109 mm de comprimento total e um comprimento de cano de 605 mm, pesando 3,550 kg sem baioneta.

Em ambos os modelos, o cano possuía 4 estrias, com um passo de 200 mm *dextorsum* e uma profundidade de 0,15 mm.

O alcance eficaz destas armas era de 1700 m.

Espingarda portuguesa 6,5 mm m/904 Mauser-Vergueiro

Pela Ordem do Exército nº 23 de 1898 foi nomeada uma comissão para a escolha de uma nova espingarda para o Exército. No final desse mesmo ano a dita comissão elaborou a lista de requisitos que esta nova arma devia contemplar: utilizaria munições calibre 6,5 mm; teria um depósito de munições sob a culatra para carregador ou lâmina carregadora; deveria funcionar em tiro simples ou tiro de repetição e o seu peso não deveria exceder 3,5 kg. Foi ainda recomendado que fosse dada especial atenção à eficácia do mecanismo de segurança e à facilidade de utilização do aparelho de pontaria.

Naturalmente que as atenções da comissão voltaram-se de imediato para a espingarda Mannlicher, idêntica às carabinas adoptadas em 1896 pela Armada e pela Cavalaria. No entanto, ao longo do ano de 1899, foram ensaiadas várias armas de diversas origens: a espingarda Veterli-Vitali (Suíça); a Daudeteau e a



Baudoin (França); a Passaricini-Carcano (Itália); dois modelos da Krag-Jørgensen (Dinamarca); vários modelos da espingarda Mannlicher (Áustria), o modelo 1886 straight-pull, o modelo 1895, o modelo 1895 com carregador rotativo Schönhauer e alguns modelos com alterações sugeridas pela própria comissão; a Mauser espanhola e a Mauser 98 alemã. De todas estas armas, distinguiram-se a Mannlicher-Schönhauer e a Mauser 98, sobre as quais se dividiam as opiniões da comissão. Ambas irrepreensíveis no seu desempenho balístico e correspondendo aos requisitos impostos pela comissão, a questão residia nas respectivas culatras móveis e nos sistemas de alimentação, tendo resultado um impasse.

Surgiu então uma proposta do Capitão de Infantaria José Alberto Vergueiro (que não integrava a comissão de escolha), para um sistema de culatra móvel, baseada na culatra Mannlicher, na qual introduziu alguns melhoramentos.

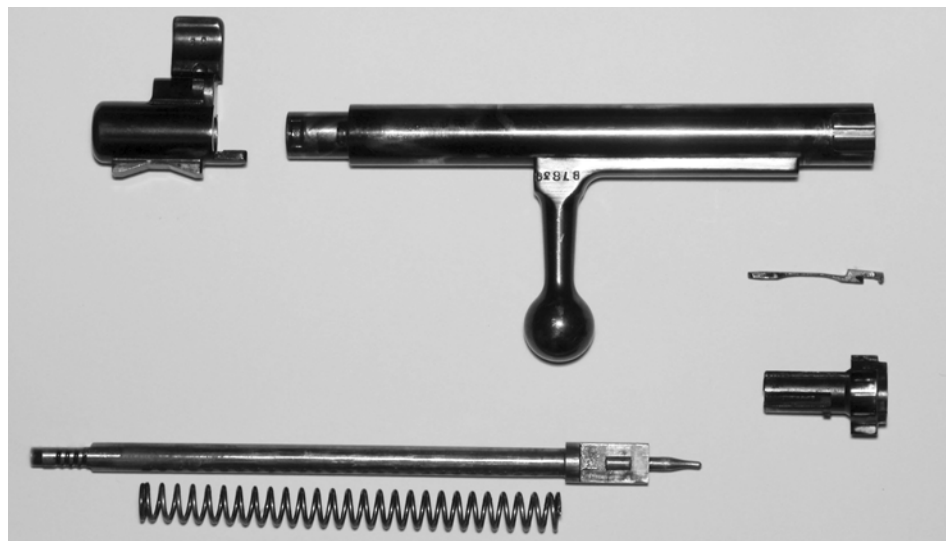


Fig. 7 - Culatra móvel desenvolvida pelo Capitão Vergueiro. Como se pode observar é uma adaptação da culatra Mannlicher com travamento anterior bilateral simétrico porém com menor número de peças e com a segurança melhorada.

Reconhecidas as vantagens desta culatra móvel foi decidida a sua implementação na nova arma a escolher.

A Mannlicher-Schönhauer, apesar da sua excelência como arma, acabou por ser excluída por o carregador não apresentar a robustez necessária e exigida para o serviço militar. A escolha recaiu então sobre a espingarda Mauser, calibre 6,5 mm, à qual seria adaptada a culatra Vergueiro. A 21 de Dezembro de 1903 foi estabelecido o contrato com a DWM (Deutsch Waffen und Munitionsfabriken) para o fabrico de 100 000 destas espingardas com a respectiva baioneta. Já em



Berlim, foram otimizados os detalhes de adaptação da culatra, com o director técnico da DWM e em 1904 foi estabelecida a arma padrão. Em 1906 foram entregues as primeiras 6 000 espingardas e as restantes em Dezembro de 1907.



Fig. 8 - Espingarda 6,5 mm m/904 Mauser Vergueiro.

A espingarda Mauser-Vergueiro, com a designação oficial Espingarda Portuguesa 6,5 mm m/904, tinha o carregador fixo sob a culatra, no interior da coronha, com capacidade para 5 munições introduzidas através de uma lâmina carregadora.



Fig. 9 - Pormenor da inscrição no berço da culatra com a designação oficial e fabricante.





Fig. 10 - Munições 6,5 x 58 para a Mauser-Vergueiro na respectiva lâmina carregadora.



Fig. 11 - Monograma de D. Carlos I gravado no reforço da culatra.





O cano, em aço Krupp-Marcoty, tinha quatro estrias com um passo de 200 mm, *dextorsum* e 1,25 mm de profundidade. A câmara, com um comprimento de 67,6 mm, é um pouco mais longa do que a inicialmente aprovada, por sugestão da própria Mauser, de modo a poder receber no futuro as munições com bala pontiaguda (bala tipo S) que começavam entretanto a revelar as suas vantagens balísticas.

Apesar da tão almejada uniformização dos calibres, e apesar desta espingarda ser calibre 6,5 mm, a verdade é que utilizava uma munição (6,5 x 58) diferente das carabinas Mannlicher m/1896 da Cavalaria e da Armada (6,5 x 53 R).

Metralhadoras

No início da segunda metade do século XIX, com a generalização das munições de cartucho metálico, foi possível conceber sistemas de armas que permitiam efectuar um elevado volume de fogo e que receberam a designação genérica de metralhadoras.

Conceptualmente, é possível e conveniente distinguir duas gerações de metralhadoras. As metralhadoras de 1ª geração, em que o ciclo de tiro é assegurado pelo operador, através de um sistema mecânico, mais ou menos complexo, accionado por meio de uma manivela ou alavanca. Estas metralhadoras possuíam geralmente múltiplos canos, efectuando-se o disparo, simultâneo ou sequencial, mas não automático. As metralhadoras ditas de 2ª geração, verdadeiramente automáticas, em que parte da energia do recuo é utilizada para efectuar o ciclo de tiro (extrair o invólucro vazio – armar o mecanismo de disparo – inserir nova munição na câmara – fechar a culatra e efectuar o travamento – efectuar o disparo) sem intervenção do operador que apenas mantém o gatilho premido.

O primeiro sistema credível de metralhadora de 1ª geração foi concebido pelo Dr. Richard Gatling, médico da Carolina, que ao que parece nunca exerceu medicina, mas que sempre se dedicou à criação de engenhos mecânicos. O sucesso desta arma, em plena Guerra Civil Americana, embora usada em pequena escala neste conflito, desencadeou o surgimento de vários outros sistemas um pouco por todo o mundo. A Gardner em Inglaterra, a Montigny e a Hotchkiss em França e a Nordenfelt-Palmkrantz na Suécia, para citar as mais representativas.

Apesar do sentido de oportunidade do seu surgimento, num período em que as potências militares europeias se defrontavam indirectamente nos conflitos coloniais, cuja táctica era condicionada pela grande desproporção numérica de forças, nunca foram *armas determinantes*. Além disso, o seu sucesso seria limitado no tempo, pois o engenho discreto de Hiram Maxim, ao criar em 1881 a primeira metralhadora verdadeiramente automática (2ª geração), com os seus 600 tiros por minuto, rapidamente atirou estas armas para o grupo das tecnicamente obsoletas.

Portugal toma uma posição interessante no âmbito das metralhadoras de 1ª geração, ao ter utilizado praticamente todos os principais sistemas: Gatling, Montigny e Nordenfelt-Palmkrantz.



Foi também no âmbito das reformas militares do final do século XIX que em Portugal foram adoptadas as metralhadoras de 2ª geração e quando surgiu a preocupação de criar uma doutrina táctica específica para o uso destas armas. Ainda assim, nas operações coloniais até ao fim da Monarquia foram unicamente empregues as metralhadoras de 1ª geração.

Metralhadora Automática Hotchkiss de 6,5 mm (Marinha)

Em 1899 a Armada adquiriu um número ainda indeterminado de metralhadoras Hotchkiss modelo 1895, calibre 6,5 mm, que utilizava a mesma munição que as carabinas Mannlicher m/1896 (6,5 x 53 R).

Esta metralhadora de 2ª geração modelo 1895 cujo princípio de funcionamento inovador, por tomada de gases num ponto do cano, foi o precursor deste sistema que ainda hoje é empregue em diversas armas automáticas.

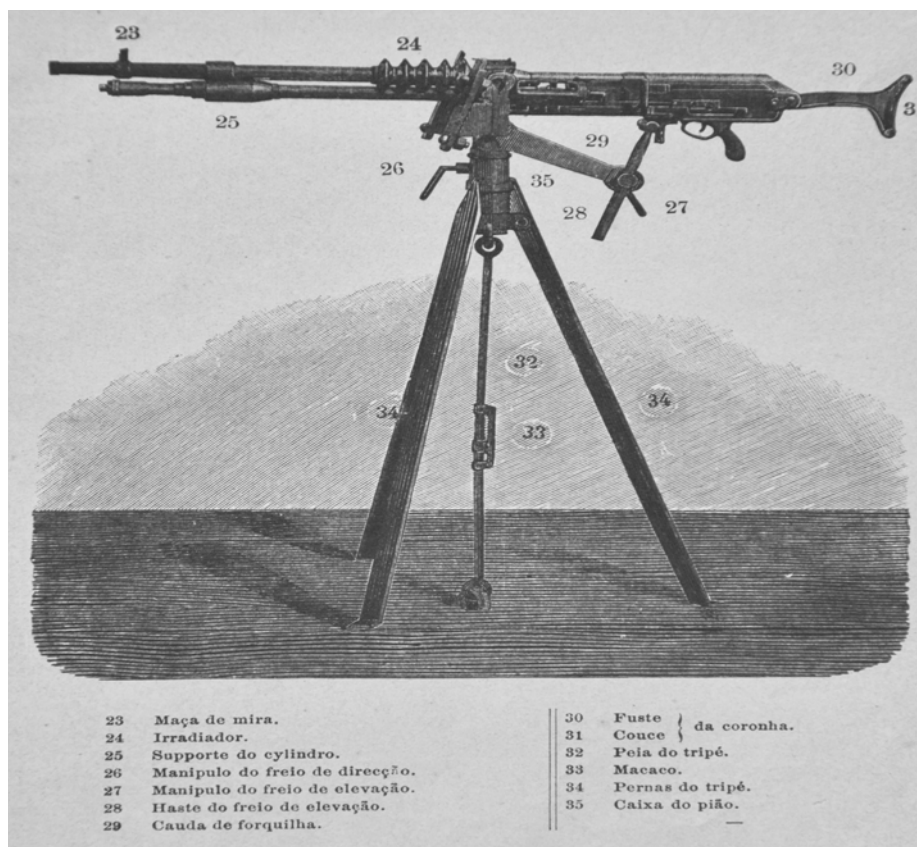


Fig. 12 - Gravura com representação da metralhadora Hotchkiss calibre 6,5 mm utilizada pela Armada, montada em reparo naval.



O arrefecimento do cano a ar, através de discos de irradiação, não precisando a metralhadora de se acompanhar de um depósito de água para refrigeração constitui outra inovação que tornou esta arma um elemento incontornável no processo geral de evolução das armas automáticas.

Em Portugal serviu com dois tipos de reparo, um para operações de desembarque e outro destinado ao serviço a bordo.

Utilizava lâminas carregadoras em latão com capacidade para 30 munições cada.

Metralhadora 6,5 mm m/906 Maxim

A metralhadora concebida por Hiram Maxim em 1884 foi o primeiro sistema de tiro automático realmente eficaz. Quando este anunciou que desenvolvera uma arma capaz de efectuar cerca de 600 tiros por minuto, com um único cano e pesando apenas 20 kg. Numa demonstração em Inglaterra, em 1884, uma arma protótipo disparou 10 000 tiros em poucos minutos sem um único encravamento, abriu um novo capítulo na história militar. Inglaterra adoptou esta arma em 1891 e é um elemento fundamental nas campanhas de pacificação dos territórios africanos como na Rodésia e no Sudão. Em 1908, 31 países contavam já com metralhadoras nos seus exércitos, dos quais 22 utilizavam a metralhadora Maxim.

Ainda assim, houve alguma relutância em aceitar as vantagens tácticas que estas armas trouxeram, ao que Portugal não foi excepção, tendo adquirido as metralhadoras Hotchkiss em 1899 e a Maxim em 1906, mas que só utilizou em acções de combate em África apenas na 1ª Guerra Mundial.

No início do século XX foi constituída uma comissão para a escolha das novas metralhadoras a adquirir, na qual tomou parte o Capitão Bugalho³ e o Capitão Leal de Faria. Sabe-se que foram analisadas comparativamente as metralhadoras Hotchkiss (Armada), a Schwarzlose e a Vickers-Maxim recaindo a escolha sobre esta última. Em 1906 foi estabelecido o contrato para a aquisição de 72 Vickers-Maxim que foram fornecidas ao longo de 1907.

Estas metralhadoras foram adquiridas em calibre 6,5 mm, utilizando a mesma munição que a espingarda Mauser-Vergueiro (6,5 x 58 mm) sendo as munições colocadas numa fita carregadora em linho com capacidade para 250 munições.

³ O Capitão Bugalho desenvolveu, no início do século XX, um sistema de culatra-móvel que podia ser implementado na espingarda Mauser 6,5 mm m/1904, transformando-a em arma semi-automática. Nunca chegou a ser adoptado.



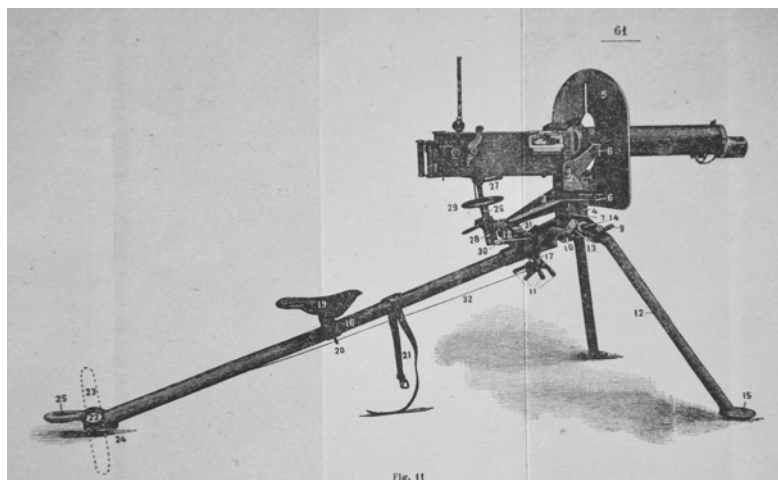


Fig. 13 - Metralhadora 6,5 mm m/1906 Vickers-Maxim em reparo de tripé.

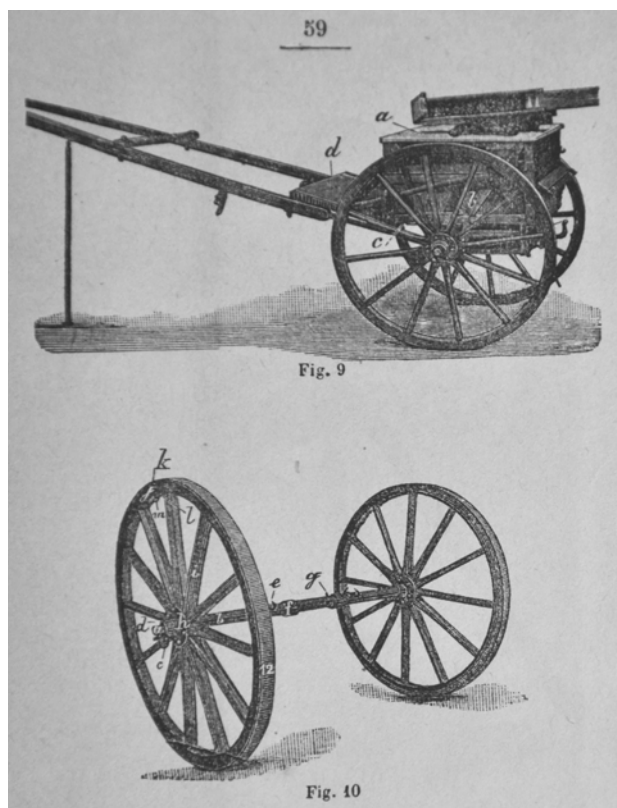


Fig. 14 - Armão para transporte de munições, ferramentas e sobressalentes e rodado amovível da metralhadora Vickers-Maxim.





A refrigeração do cano era assegurada por um depósito de água que o envolvia.



Fig. 15 - Tropas de Caçadores 5, fiéis a D. Manuel II, no Rossio a 5 de Outubro de 1910. As tropas dispõem de uma metralhadora Maxim e os soldados estão armados com a espingarda Mauser-Vergueiro.

O cano, com 720 mm de comprimento, tem 6 estrias com um passo de 200 mm, *dextorsum*.

A metralhadora Vickers-Maxim com as munições 6,5 x 58 assegurava um alcance útil de 2 000 m e uma cadência de tiro entre 500 a 600 tiros por minuto.

Estas metralhadoras dispunham de um reparo rodado amovível adaptado a um reparo de tripé, bem como um escudo em aço para protecção do atirador. Quando no reparo rodado, eram atreladas a um armão de transporte de munições, ferramentas e sobressalentes, por sua vez atrelado a um muiar.

Pistola 7,65 mm m/908 *Parabellum*

Em Portugal, os primeiros ensaios com a pistola *Parabellum* com o objectivo de escolher uma nova arma para equipar os oficiais do exército em campanha, em substituição do velho e fiel revólver Abadie, constituíram o último capítulo das reformas militares da transição do século XIX para o século XX.





Para estes ensaios, que terão decorrido entre 1905 e 1906, foram adquiridas à DWM 30 pistolas *Parabellum*, calibre 7,65 mm com o cano de 120 mm, ainda do modelo 1900.

Estas armas, apesar de destinadas a ensaios, ostentavam o monograma de D. Carlos I, no reforço da câmara⁴. Contudo, as prioridades relegaram a aquisição desta arma para mais tarde. Novos ensaios, desta vez em 1907, reforçaram a decisão anterior de adquirir estas armas.



Fig. 16 - Pistola parabellum modelo 1900 utilizada na segunda série de ensaios em 1907. Recebeu o número 10 no âmbito dos ensaios em que participou.

A preparação de uma força expedicionária para o Sul de Angola, para a Campanha dos Cuamatos, comandada pelo então Capitão Alves Roçadas, impôs alguma urgência na aquisição de um pequeno número destas armas para os oficiais expedicionários. Na impossibilidade da DWM fornecer do contrato, foram fornecidas 50 pistolas, de produção comercial, destinadas a esta expedição.

⁴ Não é de excluir uma intervenção mais directa de D. Carlos na escolha destas armas. Não deixa de ser curioso o cuidado de gravar o monograma real nas armas de teste, certamente uma cortesia da DWM com o objectivo inspirar a escolha junto d'El-Rey, conhecido internacionalmente como exímio atirador. Numa das salas de armas do Paço Ducal de Vila Viçosa encontra-se uma destas armas com numeração comercial.



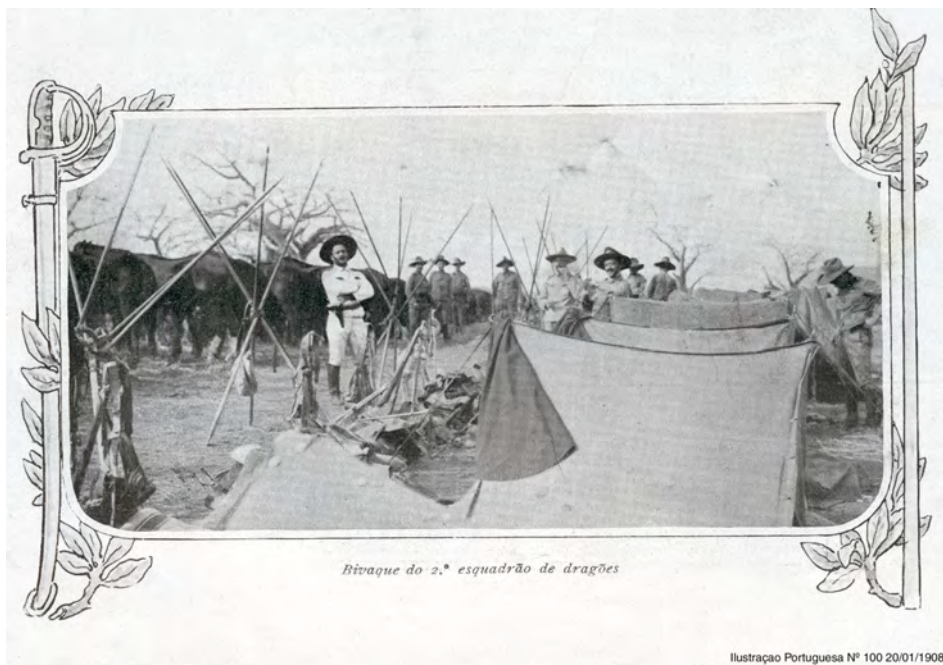


Fig. 17 - Foto de Oficial de Cavalaria (Dragões) no bivaque durante a Campanha dos Cuamatos em 1907, com um coldre indiscutivelmente de Parabellum.

O fornecimento das 5 000 pistolas *Parabellum* contratadas em 1907 só teve lugar em 1908, já no reinado de D. Manuel II.

Apesar de ambos os testes terem sido efectuados com pistolas do modelo 1900, as armas adquiridas foram já do modelo 1906, com alguns melhoramentos.





Fig. 18 - Pistola 7, 65 mm m/908 Parabellum, destinada aos oficiais do Exército, com o respectivo coldre e acessórios.

Estas armas possuíam no reforço da culatra o monograma de D. Manuel II e a inscrição “carregada”, em português no extractor.



Fig. 19 - Pormenor da inscrição em português no extractor da pistola Parabellum m/908.





Fig. 20 - Pormenor do monograma de D. Manuel II gravado no reforço da culatra das pistolas Parabellum m/908

Estas pistolas, em calibre 7,65 mm *parabellum* tinham um cano de 120 mm com 4 estrias, com um passo de 250 mm *dextorsum* e uma profundidade de 0,125 mm, asseguravam um alcance útil de 50 m. Com um carregador com capacidade para 8 munições os oficiais do Exército ficavam equipados com a melhor e mais sofisticada pistola da época.

Nota Final

O reinado de D. Carlos I foi indelevelmente marcado pelo *ultimatum* britânico e suas consequências políticas, internas e externas.

Com as reformas militares, levadas a cabo na transição do século XIX para XX, todo armamento ligeiro do Exército e da Armada foi renovado e modernizado de acordo com as mais recentes novidades tecnológicas. O processo de escolha, aquisição e distribuição do armamento foi dos mais rápidos a que alguma vez se assistiu. Entre 1895 e 1908 foram criteriosamente ensaiados, escolhidos e adquiridos seis novos sistemas de armas e, no caso da espingarda Mauser-Vergueiro, com o desenvolvimento e a adaptação da culatra desenvolvida em Portugal pelo Capitão Vergueiro.

Com estas reformas conseguiu-se a redução e uniformização dos calibres do armamento ligeiro, tendo sido criada uma munição padrão portuguesa (6,5 x 58 mm). Foram adquiridas as primeiras metralhadoras de 2ª geração (Hotchkiss e Vickers-Maxim) e criada a respectiva doutrina tática. Aos oficiais foi distribuída a pistola mais sofisticada e tecnologicamente evoluída da época, sem que estes tivessem que a adquirir às suas expensas.

Curiosamente, apesar da profunda motivação colonial para a modernização



do armamento ligeiro, as novas armas permaneceram sempre na metrópole. Aos territórios africanos chegou apenas o eco desta modernização ao serem distribuídas de forma generalizada as espingardas e carabinas Kropastchek calibre 8 mm. Em boa verdade todas as campanhas militares neste período foram levadas a cabo com estas armas (com excepção da Infantaria de Marinha que utilizava já as novas carabinas Mannlicher 6,5 mm) e com as metralhadoras de 1ª geração.

O novo armamento estreou-se nos conflitos endógenos que precederam a implantação da república. As espingardas Mauser-Vergueiro e as metralhadoras Maxim só chegariam a África com as tropas expedicionárias para Angola e Moçambique, durante a 1ª Guerra Mundial.

Bibliografia

- Antunes, V. H.; (1911); *Metralhadoras*, Revista de Infantaria, **14**, 143-150; 203-209; 214-215; 269-272; 309-312; 358-366.
- Bugalho, V.; (1909); *Metralhadoras Modernas*, Revista de Infantaria, **12**, 359-362.
- Descrição e Instruções para o uso da Metralhadora Automática Hotchkiss de 6,5 mm*, Imprensa nacional, Lisboa, 1899.
- Descrição da Carabina de 6,5 mm m/1896, suas Munições e Acessórios*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- Regulamento para a Instrução Tática da Cavallaria - Instruções Provisórias Relativas ao uso da carabina de 6,5 mm m/1896*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896.
- Regulamento Provisório para a Instrução das Metralhadoras da Infantaria com Material m/1906*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.
- Gonzaga, G.; (1908); *A Espingarda m/904*, Revista Militar, 142-154.
- Redacção (1898); *A propósito da escolha da nova espingarda para a Infantaria*; Revista de Infantaria, **1**, 356-359.
- Redacção (1899); *A propósito da escolha da nova espingarda para a Infantaria*; Revista de Infantaria, **2**, 125-128; 228-230.
- Redacção (1906); *A nova bala da Infantaria*, Revista da Infantaria, **9**, 1-9.
- Redacção (1908); *O carregador da Mauser-Vergueiro*, Revista da Infantaria, **11**, 19-20.
- Redacção (1912); *Espingarda Automática Portuguesa*, Revista da Infantaria, **15**, 101-103.
- Regalado, J. (2008); *A Munição 6,5 x 58 Vergueiro*, Armas e Munições, **28**, 48-53.
- Telo, A. J.; Álvares, M.; *Armamento do Exército Português*, Prefácio, Lisboa, 2004.



VÁRIA



